REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO PARÁ

Diário Oficial

Pará
GOVERNO DO ESTADO

ANO CXIX DA IOE
120ª DA REPÚBLICA

03 Cadernos
40 Páginas

Nº 31.681

BELÉM-PARÁ, SEGUNDA-FEIRA, 07 DE JUNHO DE 2010

Governo institui plano de controle de poluição veicular em áreas urbanas

O Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), institui o Plano de Controle de Poluição Veicular (PCPV). O Plano foi concebido a partir da visão integrada dos sistemas de transportes, da distribuição de energia e de medidas tecnológicas e não tecnológicas, de modo a criar a base referencial para a formulação de um conjunto de diretrizes passíveis de implementação. O PCPV se destina ao atendimento das legislações que estabelecem, em geral, diretrizes para a redução da poluição veicular, especialmente em áreas urbanas com problemas de contaminação atmosférica e poluição sonora.

(Cad. 1- Pág. 8)

Portal da transparência

A Procuradoria Geral de Justiça, por meio da Portaria 2154/2010, institui, no âmbito do Ministério Público do Estado, o Portal da Transparência, que será disponibilizado em sua página eletrônica, de acesso universal à disposição da rede mundial de computadores. O Portal possibilitará a transparência de dados públicos, não cobertos pelo sigilo legal ou constitucional, em destaque e com fácil acesso pelos usuários do sistema de informática.

(Cad. 2 - Pág. 15)

Lei cria o Distrito de Palmares

Lei Municipal 252/2010, sancionada pelo prefeito municipal de Tailândia, cria o Distrito de Palmares, cuja instalação ocorrerá no dia 10 de junho de 2010, no município de Tailândia. A Prefeitura Municipal de Tailândia também convoca candidatos aprovados no Concurso Público CPMPT nº. 001/2007, a comparecerem, no período de 07 a 17 de junho de 2010, de 08:00 às 13:00 horas, na Secretaria de Administração do referido município, para fins de habilitação pré-admissional.

(Cad. 3 - Pág. 6)

Fiscalização de construções

Portaria Conjunta 001/2010, editada pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças, Secretaria de Educação, e a Coordenação do Planejamento Territorial Participativo, atribui aos conselheiros do PTP, que atuem na fiscalização de construções ou reformas de escolas da rede estadual de ensino.

(Cad. 2 - Pág. 9)

Concessão de estágio

A Universidade do Estado, a Prefeitura Municipal de Rondon do Pará e a sua Secretaria de Saúde celebram convênio objetivando estabelecer as bases para concessão de estágio para alunos matriculados, e com efetiva frequência, no curso de medicina, ministrado pela UEPA.

(Cad. 2 - Pág. 13)

Projetos culturais

A Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social torna público o resultado provisório do julgamento dos projetos culturais a artísticos voltados ao segmento juvenil a serem desenvolvidos nos espaços disponíveis da Casa da Juventude. A Comissão de Avaliação informa que esse julgamento cabe recurso, no prazo de 05 dias.

(Cad. 2 - Pág. 13)

Realização do curso ACLS

O Hospital de Clínicas Gaspar Vianna assina contrato com o Instituto Paulista de Treinamento e Ensino Ltda para realização do curso ACLS nos moldes da Sociedade Americana de Cardiologia - American Heart Association, a ser ministrado aos clientes da FHCGV.

(Cad. 2 - Pág. 1)

A História no Diário Oficial

MAGALHÃES BARATA (CXC)

Em 04 de agosto de 1958 o governador Joaquim de Magalhães Cardoso Barata sancionou a Lei nº. 1.540, através da qual a Sociedade União Beneficente dos Estivadores da Borracha, no Estado do Pará, fundada em 09 de julho de 1911, ficaria considerada de utilidade pública.

Também no dia 04 de agosto daquele mesmo ano, o governador Magalhães Barata sancionou a Lei nº. 1.541, que abria um crédito especial de Cr$ 288 mil cruzeiros em favor da Santa Casa de Misericórdia do Pará destinado ao pagamento do saldo da subvenção constante da tabela nº 114, de março de 1956.

Também no expediente de 04 de agosto de 1958, o governador sancionou a Lei nº. 1.544, por meio da qual ficariam considerados de serventia pública, os castanhais denominados "Piranheiros" e "Praia Alta", na localidade de Ipixuna, no município de Itupiranga. O Poder Executivo regulamentaria o uso dos aludidos castanhais, respeitando o direito adquirido, a posse e a preferência em favor dos que já trabalhavam.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ
ioepa
Informação que faz história